

Orçamento dá mais verba à educação

■ Proposta encaminhada pelo governo à Assembléia também prioriza saneamento

As áreas de educação e de saneamento foram contempladas com os maiores percentuais, dentro da proposta orçamentária do governo do estado para 1993, entregue ontem pelo secretário de Planejamento, Fernando Lopes, ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado José Nader. Dos Cr\$ 21,239 trilhões da receita, Cr\$ 3,5 trilhões (16,50%) serão destinados ao desenvolvimento e manutenção do ensino, o que representa 50% do total de impostos arrecadados no estado e transferidos do governo federal (a Constituição estadual estabelece um percentual de 35% e, este ano, a educação recebeu 40%). As áreas de saúde e saneamento receberão Cr\$ 3,4 trilhões (16,17%), sendo que Cr\$ 2,4 trilhões destinam-se ao saneamento.

Outras áreas consideradas prioritárias para o governo são segurança pública, aquinhoadas com Cr\$ 1,5 trilhão (7,14%), e transporte, com Cr\$ 2,5 trilhão (11,96%). O secretário de Planejamento expli-

cou que, embora os números da segurança sejam menores, os recursos são quase integralmente do estado, o que representa maior garantia de realização dos projetos.

Ao contrário, a área de transporte depende de recursos federais, vinculados à absorção da CBTU.

Excluída a parcela de transferência aos municípios e os repasses aos

poderes Legislativo e Judiciário, a maior parcela de despesa corresponde ao item pessoal (Cr\$ 6,4 trilhões, ou cerca de 30%). A previsão de gastos com pagamento da dívida é de Cr\$ 2,1 trilhões e o custeio da máquina estadual (incluindo novos projetos) está previsto em Cr\$ 2,5 trilhões. O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, que no ano passado ainda era mera especulação, aparece com uma verba de Cr\$ 585 bilhões, incluindo recursos do estado e repasses do Banco Mundial e do governo federal.

Outros projetos citados pelo secretário como prioritários são: segunda etapa da Linha Vermelha (Cr\$ 477 bilhões) e instalação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Cr\$ 87 bilhões). Até dia 30, a proposta recebe emendas; até 15 de novembro, a Comissão de Orçamento dá seu parecer, para que a proposta vá a plenário para ser votada; até 15 de dezembro, volta ao governador para sanção.

Despesa por Setores (Cr\$ 1.000)

Funções	Valor em Cr\$	%
LEGISLATIVA	334.300.680	1,57
JUDICIÁRIA	672.627.205	3,17
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.777.815.007	13,08
AGRICULTURA	213.658.563	1,01
COMUNICAÇÕES	725.558	—
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	1.517.260.757	7,14
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	2.018.111.057	9,50
EDUCAÇÃO E CULTURA	3.503.596.721	16,50
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	792.318.543	3,73
HABITAÇÃO E URBANISMO	684.797.000	3,22
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	340.017.735	1,60
SAÚDE E SANEAMENTO	3.434.225.291	16,17
TRABALHO	8.884.857	0,04
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	2.026.305.287	9,54
TRANSPORTE	2.539.518.794	11,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	375.000.000	1,77
TOTAL	21.239.163.055	100,00